

A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais

Marcos Aurelio Saquet

Doutor em Geografia pela FCT/UNESP (2001)
Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq
Endereço eletrônico: saquetmarcos@hotmail.com

Marcos Leandro Mondardo

Mestre em Geografia pela UFGD (2009)
Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS
Endereço eletrônico: marcosmondardo@yahoo.com.br

Resumo

Considerando que, de maneira geral, as teorias clássicas que tratam das migrações apoiaram-se, principalmente, em análises macroeconômicas dando ênfase, sobretudo, às determinações econômicas em detrimento dos fatores políticos e culturais, fez-se necessário, nos últimos anos, estudar e tentar elaborar uma concepção mais ampla e multifacetada dos processos migratórios. Para tanto, o debate sobre o território foi e permanece bastante fecundo, evidenciando-se as determinações econômicas, políticas e culturais e, substantivando uma abordagem multidimensional do território e da migração que reconhece e destaca o papel exercido pelas redes de relações sociais. Assim, entendemos o fenômeno migratório como produto e produtor de uma complexa trama territorial entre os territórios de origem e de destino dos migrantes. Tramas que objetivam interações em rede em virtude das relações sociais que se estabelecem na mobilidade, através dos vínculos, dos contatos e das ajudas tecidas no cotidiano entre migrantes e não-migrantes.

Palavras-chave: Migração; território; redes sociais; vínculos; cotidiano.

Resumen

A construcción de la migración en los territorios a través de redes de relaciones sociales

Considerando que, en general, las teorías clásicas de la dirección de la migración que se apoya, sobre todo haciendo hincapié en el análisis macroeconómico, sobre todo, la determinación en detrimento de los derechos económicos y culturales, es necesario, en los últimos años, el estudio y tratando de concebir una más amplia y polifacética de los procesos de migración. Así pues, el debate sobre el territorio ha sido y sigue siendo muy fructífera, mostrando la determinación económica, política y cultural, substantivando un enfoque multidimensional de la migración en el territorio y que reconoce y destaca el papel desempeñado por las redes de relaciones sociales. Por lo tanto, creemos que el fenómeno migratorio como un producto y productor de una compleja trama entre los territorios de origen y de destino de los migrantes. Parcelas destinadas a la red de interacciones, porque las relaciones sociales que se establecen en la movilidad, a través de los vínculos, contactos y la ayuda en el diario entre los migrantes y no migrantes.

Palabras clave: La migración; territorio; las redes sociales; vínculos; cotidiana.

Abstract

A construction of territories in migration for networks relations social

Whereas, in general, the classical theories that address migration is supported, especially in macroeconomic analysis emphasizing, above all, determination to the detriment of economic and cultural factors, it was necessary, in recent years, study and trying to devise a more comprehensive and multifaceted process of migration. Thus, the debate over the territory was and remains very fruitful, showing the determination economic, political and cultural, nouns the multidimensional approach of the territory and migration that recognizes and highlights the role played by networks of social relations. Thus, we understand the migration phenomenon as a product and producer of a complex plot area between the territories of origin and destination of migrants. Plots aiming at network interactions because of social relationships that are established in mobility, through the links, contacts and aid in the daily made between migrant and non-migrants.

Keywords: Migration; territory; networks social; ties; everyday.

Introdução

A migração, na maioria dos casos, coincide com um processo de construção e interação territorial em rede. Desse modo, a mobilidade espacial da população produz, através de uma interação em rede, a construção de territórios interligados entre si tanto econômica como cultural e politicamente. Há territórios em rede. Na mobilidade, as relações são construídas entre os territórios de origem e de destino, e são acionadas, buriladas e mantidas pelos *vínculos* e *contatos* tecidos e construídos entre migrantes e não-migrantes através de uma interação em rede. As relações agenciam a trama de forças que produzem os territórios e as redes na migração.

Nesse sentido, nosso objetivo é analisar, a partir de uma discussão teórica em torno dos conceitos de território e migração, o papel exercido pelas redes de relações sociais na manutenção e nas conexões estabelecidas/exercidas entre migrantes e não-migrantes nos territórios de origem e de destino da/na migração. Para isso, fizemos uma reflexão com base em autores da geografia, da sociologia, da história e da antropologia que discutem a temática migração, território e redes sociais. Por isso, propomos uma análise para compreender os fenômenos migratórios através da sua construção e interação em rede, especialmente através das redes de relações sociais historicamente efetivadas no cotidiano através dos contatos, dos vínculos e das ajudas.

A migração e a construção de territórios em rede: considerações teórico-conceituais

Para compreender determinados aspectos das migrações, considerando o constante movimento de indivíduos *no* e *pelo* espaço, os múltiplos fatores e condicionantes, as direções e as interligações, faz-se necessário uma concepção de geografia que permita a identificação e explicação desse fenômeno através do processo de territorialização e da interação/articulação em rede. É fundamental elaborar uma abordagem histórica e relacional em que se reconheçam as contradições, as determinações, o movimento, as relações e as redes. Nesse sentido, segundo Haesbaert (2006), as redes podem fazer circular a memória, as representações, os vínculos, os contatos familiares, as amizades etc. Há sempre território, aquele do cotidiano, porém, sobretudo aquele da origem que carrega o simbolismo do território deixado que constitui um forte “cimento comunitário” sem o qual a rede não poderia existir e transportar sua memória, seus vínculos e contatos.

O mesmo autor, Haesbaert (1998), também propôs a noção de *rede regional* em seu estudo sobre a desterritorialização dos “gaúchos” no Nordeste brasileiro para, em substituição à metáfora “diáspora”, compreender a complexidade geográfica da migração e os vínculos econômicos, culturais e políticos mantidos entre os sulistas ou “gaúchos” com o estado do Rio Grande do Sul. As redes, que são consideradas, muitas vezes, desterritorializadoras, podem, também, como no caso dos contatos e vínculos estabelecidos na migração, ser o *elo* material e simbólico para a reterritorialização de um grupo de migrantes em outro território que não o de origem.

Nesse contexto, para o autor, a diáspora e/ou a migração é um processo *multiterritorial* que se faz pela interação em rede, pois:

Mesmo que tenhamos apenas a sobrevivência de referências territoriais puramente simbólicas, e que estas se reportem não a territórios particulares (como o Estado nação ou a região de origem), mas aos múltiplos territórios ou à própria dispersão (territórios dispersos) que compõem o grande território-rede da diáspora, ainda assim devemos falar num tipo muito próprio de reterritorialização, uma territorialização múltipla, na dispersão, articulada em rede, “com ou no movimento” (inerente à diáspora) e altamente simbólica – em outras palavras, uma multiterritorialidade em sentido estrito (HAESBAERT, 2006, p. 356).

Atualmente, portanto, as migrações constituem uma “experiência integrada” do espaço sendo, entretanto, possível somente se os migrantes estiverem articulados em rede, através de múltiplas relações que, muitas vezes, estendem-se do local ao global. Entre os territórios de origem e de destino, há várias relações e vínculos sociais realizados pelos migrantes quando percorrem suas trajetórias e quando se reterritorializam. A construção dos territórios, na migração, passa por uma dinâmica em redes que conectam diferentes nós interligados através dos vínculos e dos contatos estabelecidos.

Conforme Haesbaert (2006), para compreender os processos migratórios, o território precisa ser pensando, portanto, numa concepção reticular na forma de um *território-rede*, uma rede tanto imaterial, como a produzida pela memória dos migrantes, e, também, a partir das trajetórias individuais, na relação com o espaço, no sentido de um “conjunto de pontos e linhas”, numa perspectiva euclidiana, mas como componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a “superfície” territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão e “profundidade”. A rede, desse modo, corresponde a um dos momentos constituintes do território no processo migratório.

Nesse contexto, a rede deve ser compreendida como elemento indispensável para a construção de territórios durante a mobilidade espacial da população e, ainda, deve ser elemento de solidariedade e de conflitos, enfim, do processo dialético que se circunscreve à migração através da desterritorialização e da reterritorialização. Desse modo:

(...) a rede nunca deve ser tomada como um “todo” homogêneo e a-histórico. (...) ela própria é constituinte de elementos que se diferenciam ao longo do tempo. Assim, somos levados (...) a distinguir entre seus pontos (ou vértices) e suas linhas (ou arcos), tanto em relação ao tipo de fluxos que por ela circulam. Eles são fundamentais no entendimento do papel ambivalente das redes, ao mesmo tempo territorializador (quando mais centrípetas ou introvertidas) e desterritorializador (quanto mais centrífugas ou extrovertidas em relação a um determinado território) (HAESBAERT, 2006, p. 293).

E, ainda, segundo o autor, com a intensa mobilidade espacial da população “de alguma forma, territorializar-se, hoje, implica a ação de controlar fluxos, de estabelecer e comandar redes”. O processo de territorialização, portanto, está ligado à migração e mesmo

à construção de redes de relações sociais cada vez mais amplas e interconectadas entre variados e longínquos lugares.

Nesse sentido, vale mencionar outro geógrafo, Claude Raffestin (1993), que se dedicou também a estudar o conceito de território e a noção de rede, gerando uma teorização inédita sobre o que determinou de *T-D-R*: territorialização-desterritorialização-reterritorialização. Para ele, a concepção de território pode ser definida como o conjunto de relações efetivadas pelos indivíduos que pertencem a certa coletividade. O território corresponde a um reordenamento do espaço, onde existe um sistema informacional utilizado pelo homem enquanto pertencente a uma cultura. No território há *informação* e *comunicação* que comandam atualmente as relações sociais e o processo *T-D-R*.

O território, para Raffestin (1993), é construído pelo movimento dialético de territorialização-desterritorialização-reterritorialização e, ao mesmo tempo, por redes, malhas e nós que formam a base material e imaterial de cada território. Nessa concepção, não há território sem redes, malhas e nós; é sempre permeado por relações de poder. Para o autor, as “redes de circulação e comunicação contribuem para modelar o quadro espaço-temporal que é todo território. Essas redes são inseparáveis dos modos de produção dos quais asseguram a mobilidade” (RAFFESTIN, 1993, p. 204). As redes estão ligadas, portanto, ao processo histórico e relacional de construção do território a partir da apropriação do espaço.

Assim, para o autor, um *ator sintagmático* territorializa-se através do agenciamento de poder numa relação, através da apropriação, do controle, da efetivação de redes. O migrante, portanto, sob essa perspectiva eminentemente reticular, pode construir uma trama através das redes de relações sociais. “Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível. A idéia básica é considerar a rede como algo que assegura comunicação, mas, por natureza, a rede que desenha os limites e as fronteiras não assegura a comunicação” (RAFFESTIN, 1993, p.156). A interação em rede na migração pode ou não, portanto, assegurar a comunicação e a disponibilidade da informação no processo de desterritorialização e reterritorialização.

Dessa forma, podemos inferir que, no processo migratório, a construção de territórios em rede passa pela interação da comunicação e da informação. A informação é controlada por relações de poder exercidas na interação, em redes, mesmo na mobilidade espacial da população. As pessoas envolvidas na trama territorial, como propõem Raffestin: “agem e, em consequência, procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar, se controlar, se interditar, se permitir, se distanciar ou se aproximar e, assim, criar redes entre elas” (RAFFESTIN, 1993, p.156).

Toda rede é, nesse sentido, uma imagem do poder ou, mais precisamente, do poder dos atores dominantes. Logo, as redes têm um papel contraditório: ao mesmo tempo, facilitam a mobilidade e substantivam uma estratégia de comando dos migrantes, que são direcionados para cá ou para lá, em virtude dos interesses e, portanto, do(s) poder(es) que está(ão) em jogo. As redes estão na base da criação dos territórios em rede, e são, por isso, instrumentos de poder, pois podem aprisionar ou libertar os migrantes de contextos socioeconômicos precários. Assim:

A rede aparece, desde então, como fios seguros de uma rede flexível que pode se moldar conforme as situações concretas e, por isso mesmo, se deformar para melhor reter. A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta às variações do espaço e às mudanças que advêm no tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o “instrumento” por excelência do poder (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

Toda mobilidade espacial, portanto, é construída por um *sistema* de relações sociais que se traduz por uma “produção territorial” formada por tessituras, nós e redes como nos termos propostos por Raffestin (1993). Os migrantes e não-migrantes ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, reguladores ou concentrados, construindo uma diversidade de redes de relações sociais, tanto material

como simbolicamente, e, ao mesmo tempo, constituindo territórios reticulares, isto é, em rede. Há relações, redes, contatos, vínculos, regionalização... enfim, uma conjugação entre diferentes formas de territorialização, que envolvem fixos e fluxos, áreas e redes. Os territórios são produzidos, portanto, no movimento contínuo e concomitante de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, através da territorialização do migrante, tanto econômica como política e culturalmente.

Compreensão que é ratificada por outro geógrafo, Saquet (2003 e 2007), quando propõe a compreensão da migração e do território por uma abordagem (i)material, centrada na relação espaço-tempo através da noção de espaço construído socialmente, objetiva e subjetivamente. Conforme o autor: “O território é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; *campo* de forças que envolvem obras e relações sociais (econômicas-políticas-culturais) historicamente determinadas” (2007, p. 127).

Logo, as relações de poder estão presentes no processo de estar *fixo* e na mobilidade. Saquet (2003), nesse sentido, analisando a migração de italianos para o Rio Grande do Sul no final do século XIX, assinala que “as relações sociais, de influência, interesse, símbolos, dominação etc. caracterizam e condicionam nossa vida cotidiana, tanto no *estar fixo* como no *estar em mobilidade*” (p. 129). O processo de desterritorialização é construído por um conjunto de relações sociais que são apoiadas, também, na lógica reticular, isto é, produzidas, relacionadas em rede e influenciando diretamente na apropriação do espaço e, portanto, na reterritorialização, tanto econômica como política e culturalmente, no território de destino do migrante. Assim:

A des-territorialização e a re-territorialização são contraditórias mas complementam-se; coexistem no tempo e podem coexistir no espaço; são inseparáveis e movidas pela relação EPC¹, sendo que as redes *estão* e *atuam* em ambos os processos. A des-territorialização num lugar significa re-territorialização noutra, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais. É um processo inerente à natureza contraditória do espaço e do território (SAQUET, 2003, p. 218).

Portanto, a desterritorialização implica reterritorialização na mobilidade da força de trabalho em outro território através de processos econômicos, políticos e culturais que se processam através das redes de relações entre os migrantes e não-migrantes no território de destino e entre migrantes e não-migrantes do território de origem. O migrante efetiva relações com as pessoas conhecidas que ficaram no território de origem e com outras conhecidas na reterritorialização, constituindo várias redes locais e extra-locais, em diferentes escalas. A reterritorialização é marcada pelo movimento de apropriação e reprodução de relações sociais que podem ser produzidas por uma conexão em rede.

Isso aconteceu, no final do século XIX, quando os italianos tentavam, objetiva e subjetivamente, reproduzir aspectos da forma de vida que tinham naquele país no Sul do Brasil. Podemos lembrar o cultivo das parreiras, a polenta, os queijos, a religiosidade e assim por diante: são muitos os traços que caracterizam muito bem esse grupo social sem se desligar dos italianos que permaneceram naquele país. Redes de relações cristalizadas com os nativos (indígenas e caboclos), com portugueses e alemães no início da instalação no Sul do Brasil. Com o passar dos anos, redes foram intensificadas, especialmente a partir dos 1980, com as inovações técnicas, tecnológicas e com a miscigenação: ainda hoje há ligações entre descendentes daquelas famílias que migraram e seus parentes na Itália.

Podemos lembrar, também, a migração interna: milhares de “gaúchos”, que consubstanciaram a diáspora do pós-1920 para outros estados do Brasil, reproduzem traços fundamentais de suas vidas em outros estados, municípios, cidades, relacionando-se com pessoas do território de destino e com amigos e parentes que permaneceram naquele estado. Eles também realizam relações e redes, objetiva e subjetivamente, através de viagens (visitas), cartas, e-mails, telefonemas, convites para casamentos (e outras festas)

¹ Economia-política-cultura; significa apenas uma representação da unidade que existe, no real, entre esses processos sociais e territoriais.

etc. Não há um “descolamento” total do lugar de origem; o que ocorre é certa resistência ao desligamento; há um jogo de ações e reações para tentar manter os vínculos com o lugar, com as “coisas” e pessoas que “ficaram para trás”.

Nesse sentido, vale ainda apontar que, de acordo com Saquet (2003 e 2007), o território efetiva-se, necessariamente, em rede, envolvendo áreas e manchas, linhas e pontos no espaço. As redes, portanto, estão presentes tanto na desterritorialização como na reterritorialização, movimento no qual ocorrem, simultaneamente, processos de enraizamento e fluidez, materialidade e imaterialidade. Assim, o território é *multiescalar* e *multitemporal*, isto é, relacional (reticular) e histórico, acontecendo uma constante interligação entre os próprios migrantes e entre migrantes e não-migrantes, conectando diversos lugares e tempos, ritmos rápidos e lentos. E, para o autor, “cada indivíduo age, ao mesmo tempo, em diversas redes, participando com objetivos, formas, intensidades e significados distintos, no mesmo ou entre diferentes lugares” (SAQUET, 2007, p.159). Há, pois, construção de territórios em rede no *interior* das relações sociais produzidas pelos migrantes e não-migrantes, entre os territórios de origem e destino, na mobilidade espacial.

Os migrantes produzem territórios e redes, territórios em rede, através da integração ao mercado de sua força de trabalho, da comercialização, da comunicação, das representações, das organizações políticas, das viagens... Os fluxos cotidianos, portanto, cruzam-se construídos numa lógica de conexão em rede, articulando territórios através das redes de circulação de pessoas, de capital e de relações sociais. Há, aí, uma conjugação entre as dimensões sociais do território: economia-política-cultura. Há conexões simbólicas e identitárias; circulação de mercadorias, informações e pessoas; relações políticas, de influência e controle, regulação de parentes, amigos e mesmo de pessoas estranhas.

A trama reticular: as redes sociais nas migrações

Para o historiador Franco Ramella (1995), o conceito de rede tem-se revelado um instrumento valioso para estudar a ação social: a rede de relações do indivíduo como fator de condicionamento de seu comportamento. É nesse sentido que, ao confrontar-se com os mercados, “o conceito de rede social tem reafirmado (...) as contribuições que permitem resolver a questão do mercado de trabalho, problema que direta e indiretamente afeta qualquer investigação sobre a emigração” (p. 17).

Portanto, para o autor, as relações pessoais constituem canais de transmissão da informação e determinam *quem* terá *qual* trabalho. A informação, portanto, é um trunfo (territorial) para os migrantes que, inseridos numa rede, podem usar desse recurso que se constitui num poder. Por isso, “as redes de relações dos emigrantes influenciam na inserção no mercado de trabalho da sociedade receptora” (p. 21).

Dessa forma:

São as redes de relações sociais que formam parte, e que constroem e que estruturam as oportunidades. É nesse sentido que certas oportunidades estão *socialmente* determinadas. (...) A análise da composição das redes e de suas formas se torna o ponto central porque nos parece a chave explicativa. Em efeito, são esses elementos que abrem e fecham o acesso às oportunidades (RAMELLA, 1995, p. 21).

Também para a geógrafa Claudia Pedone (2003), a migração deve ser vista e compreendida como um processo constituído em rede por *estratégias*, *conflitos* e *solidariedades* em torno do que a autora denomina de “capital social”, que poderíamos denominar de territórios em rede, isto é, de todas as relações sociais construídas por migrantes e não-migrantes, entre a “sociedade” de origem e de destino através das interações em rede. As redes, de fato, “carregam” símbolos, representações, significados, informações, identificações e diferenças; ligam e desligam, de acordo com a situação social

de cada indivíduo. Há inclusão e exclusão no papel ambíguo exercido pelas redes; há um jogo de poder:

Todo indivíduo está preso a uma rede de comunicação, da mesma forma que todo grupo e toda sociedade. [...] Todas as redes que interessam à comunicação de massa e à comunicação interpessoal, obedecendo a uma estrutura formal, são instrumentos de poder, estreitamente controlados na maioria dos casos, pois permitem encerrar uma população numa trama informacional que as superdetermina em relação às estratégias das organizações (RAFFESTIN, 1993, p. 218).

As redes, conforme mencionamos anteriormente, revelam as relações de poder e são utilizadas para direcionar, regular, influenciar, controlar. Isso ocorre tanto no estar fixo como na mobilidade. Os fluxos migratórios e a inserção no mercado de trabalho são direcionados, controlados pelos grupos dirigentes e dominantes.

Desse modo, “La migración laboral es una estrategia mediante la cual los trabajadores y sus familias se adaptan a las oportunidades de los mercados laborales en diferentes espacios (...). Esta estrategia contribuye a explicar el carácter sostenido del flujo así como la selección de sus destinos” (PEDONE, 2000, p. 9). Assim, para a autora, “la migración laboral se concibe como un proceso de construcción gradual de una red”, e,

Las redes conectan individuos y grupos distribuidos en diferentes lugares, lo que optimiza sus oportunidades económicas al ofrecer la posibilidad de desplazamientos múltiples. En efecto, al reconstruir las trayectorias espaciales se verifica que, a veces, no hay un único punto de destino y que existen en los lugares recorridos intermedios que se constituyen en diversos referentes para los migrantes” (PEDONE, 2000, p. 10).

Pedone (2003) salienta ainda que a construção das redes de relações sociais perpassa pelas *representações* sociais, pelas ajudas entre parentes que formam as *cadeias* familiares e que passam pelos estranhamentos, pelo jogo de identidades, pelas alteridades e pelos contatos tecidos e criados que constroem as trajetórias espaciais dos migrantes. As trajetórias, nesse sentido, são realizadas através de estratégias adotadas pelos migrantes que produzem interações em rede através de solidariedades, de apoios, de conflitos, pois:

Los contactos que se establecen mediante las trayectorias espaciales, los distintos anillos de las cadenas familiares, la información disponible en el lugar de llegada y los nuevos intereses que estos aspectos originan, se convierten en elementos tan importantes como los cálculos de bienestar económico a la hora de mantener en el tiempo el movimiento cíclico del proceso migratorio. En numerosas ocasiones la propia dinámica de las cadenas y redes sigue incrementando los desplazamientos de población, aunque las ventajas laborales en el lugar de destino hayan disminuido considerablemente. Este hecho refuerza la idea de que los lazos entre lugares específicos de origen y de destino no son exclusivamente económicos, sino específicamente sociales, puesto que dependen de la existencia continuada de redes de apoyo (PEDONE, 2003, p. 105).

Nesse sentido, Fazito (2002, p.10) considera que, na migração, as redes sociais são uma noção através da qual se considera que migrantes e não-migrantes estão unidos “em uma teia complexa de papéis sociais e [de] relações interpessoais complementares”, através das relações e da experiência cotidiana. Além disso, a noção de redes sociais na migração é mais facilmente compreendida a partir de uma perspectiva micro, centralizada nas ações e interações individuais, nas sutilezas, nas vozes e também nos silêncios.

Para o autor, na migração, as redes sociais constituem a possibilidade de apreender o seu “contexto social” através das diversas interações entre migrantes e não-migrantes que possibilitam a criação de *estruturas*, papéis e posições de rede que determinam as

oportunidades (probabilidades) e regularidades do processo de migrar. Assim, podemos assinalar a interação formando territórios em rede no ato-ação-processo de migrar e nos desdobramentos de suas trajetórias espaciais.

As trajetórias espaciais são fundamentais na constituição das “redes migratórias”. Tais redes, para Fazito (2002), poderiam ser visualizadas como um “circuito elétrico”, por exemplo, no qual diversos pontos (e nós) formam um *sistema*, conectam-se através de “correntes” ou “fluxos”, nesse caso, fluxo de pessoas, informações, bens de consumo etc. Sob o ponto de vista geográfico, isso criaria a possibilidade de analisar a construção de territórios reticulares, pois é possível identificar padrões de *distribuição* e *localização* dos fluxos (relações), das redes e dos nós, possibilitando, ainda, a comparação e compreensão do processo migratório como movimento e interação, isto é, como uma das formas de unidade entre os territórios de origem e de destino, o que ocorre, através da interação em rede, pela construção das relações sociais no processo de desterritorialização-reterritorialização.

É fundamental, portanto, considerar as redes nos estudos migratórios para mostrar e explicar as interações, os fatores, os direcionamentos, as influências, enfim, o jogo de poder e o movimento, o vai e vem, às vezes mais intenso e veloz, às vezes mais lento e frágil; para explicitar a interdependência e complementaridade dos lugares, as sobreposições e articulações territoriais (SAQUET, 2008).

Numa perspectiva similar, Santos (2007) propõe compreender a migração como um processo nodal: isso significa compreender o movimento da população no espaço e suas diversas interligações, sobretudo através de malhas, que são construídas por relações sociais compostas pelos vínculos de amizade e parentesco. Segundo a autora, “a rede é sobretudo uma relação social, que prescinde do território como lugar do seu acontecimento e movimento” (p. 67).

Para Santos (2007, p. 69), a migração é um fato eminentemente político (e, portanto, de poder) e se liga ao território, ao processo de reterritorialização. Logo, nessa perspectiva, a compreensão das redes sociais possibilita trazer à luz e apreender o conteúdo cotidiano das práticas espaciais/sociais dos migrantes, atores que produzem significados e, por isso, ressignificam suas relações sociais (e, por extensão sua base material e simbólica) através das experiências imediatas (individuais e coletivas) que efetivam no território de destino.

Desse modo, a rede “possibilita-nos conhecer e compreender o sentido e o significado de suas ações, trazendo assim à luz experiências imediatas/coletivas que permanecem silenciadas e submersas” (SANTOS, 2007, p. 69). Para a autora, a rede “forma um espaço social onde é tecida uma variabilidade de ações intersubjetivas, como relações de poder, conflito, consenso, força, dissenso e sentimento de solidariedade e compaixão” (p. 70).

Logo, o território é a base material e simbólica, o espaço-tempo que permite ao migrante reconstruir suas relações sociais (domésticas e/ou familiares) e reterritorializar-se, pois:

Colocar o território como o ponto nodal, significa, sobretudo, reconhecer que o movimento da população é um dos elementos fundamentais da história do território e, ao se territorializar, a migração torna-se uma questão da sociedade e não dos migrantes, em sua invisível rede de solidariedade doméstica (SANTOS, 2007, p. 70).

Entretanto, além da solidariedade amistosa da rede pessoal (parentes e amigos), é necessário perguntar: quem são os outros participantes das redes de migrações e onde e como se conectam suas relações? Se a primeira propriedade das redes é a conexão e, no caso da rede social, conectar pessoas, quais são e como ocorrem as relações entre as múltiplas territorialidades e o território? Assim, durante as migrações, as redes são tecidas através do cotidiano, das relações entre amigos, parentes e não-migrantes, na igreja, no trabalho, na rua, na festa, enfim, na miríade de relações sociais que vão reterritorializando o migrante no território de destino.

Nesse contexto, na migração, a construção de redes perpassa por uma complexa rede de relações que envolvem e são envolvidas por diferentes indivíduos, grupos sociais, interesses e territórios:

A rede de migrantes consiste em ligações sociais que ligam comunidades de origem a pontos específicos de destino nas sociedades receptoras. Esses laços ligam migrantes e não migrantes dentro de uma complexa teia de papéis sociais complementares e relações interpessoais que são mantidas por um tipo informal de expectativas mútuas e comportamentos prescritos. As relações sociais que constituem as redes sociais de migrantes não são exclusivas aos migrantes, mas se desenvolvem como um resultado de laços humanos universais que são moldados por circunstâncias especiais na migração (...). Esses laços sociais não são criados pelo processo migratório mas adaptados a ele, e ao longo do tempo são reforçados pela experiência comum da própria migração (MASSEY *et al apud* SANTOS 2007, p. 59).

As redes tornam-se portadoras de uma identidade construída entre territórios, na mobilidade e, pertencendo à rede, o migrante objetiva-subjetiva um território interativo, relacional, no qual a identidade poder ser compartilhada e modificada com os demais membros de cada grupo social e da sociedade em geral.

A construção das redes na migração está na base da conexão entre territórios, sobretudo entre os de origem e os de destino: isso possibilita a produção de territórios em rede na mobilidade espacial. A abordagem do território em rede é construída a partir das relações sociais que, produzidas no *interior* do processo migratório, estão vinculadas não só ao território mas também ao peso heurístico que é conferido às relações sociais entre migrantes e não-migrantes, às interações, comunicações e informações que criam os trunfos territoriais, os estranhamentos, a construção de identidades e representações, conflitualidades e cooperações, redefinições e adaptações, enfim, as territorialidades cotidianas e a *reterritorialização em rede*.

Considerações finais

As teorias migratórias consideradas clássicas apoiaram-se, principalmente, em análises macroeconômicas, dando ênfase, sobretudo, às determinações econômicas e pouca consideração às dimensões política e cultural do processo migratório. Ao priorizar os processos econômicos, a migração, muitas vezes, esteve limitada à análise de oferta e procura de empregos ou na teoria da expulsão e atração de determinadas regiões, de equilíbrio e desequilíbrio econômico, fundamentalmente, entre regiões desigualmente desenvolvidas.

A experiência cotidiana dos que saem de um território para o outro, a variabilidade de suas práticas sociais, as *estratégias* e os *recursos* que disponibilizam, os contatos tecidos no trajeto da migração, as relações da sociabilidade e de estranhamento entre os migrantes e as articulações internas e externas ao seu grupo apresentam-se ausentes das análises macroestruturais.

Por isso, estamos refletindo sobre a possibilidade de compreender a migração por meio de uma concepção histórica e relacional do território com destaque para seu caráter reticular e multidimensional, ou seja, para os processos e fatores econômicos, políticos e culturais. Isso possibilita a compreensão das redes de relações (ligações, interações...) no processo migratório, buscando recuperar e analisar traços econômicos, políticos e culturais durante as trajetórias dos migrantes e suas reterritorializações. Aprender as estratégias desenvolvidas durante o percurso da mobilidade, as ações criadas entre migrantes e não-migrantes no território de destino e com o território de origem, os *vínculos* culturais e econômicos, os contatos tecidos na mobilidade, os contatos cotidianos entre migrantes que

contribuem para o processo de reterritorialização e que são estabelecidos entre amigos e parentes, no trabalho, na festa, na rua, perpassa pela construção de territórios em rede. Pertencer à rede social na migração implica oportunizar recursos e informações, o que permite ao migrante amenizar as dificuldades de sua trajetória, instalação e adaptação, desde sua partida até a hospedagem no local de destino, além da abertura de possibilidades e/ou garantia do emprego.

Desse modo, entendemos a migração como um processo social e em rede que, uma vez iniciado, torna-se cumulativo, mantido através das idas e vindas dos migrantes entre os territórios de origem e de destino. Esse movimento gera muitas relações e redes e é condicionado por elas. Compreendemos que, a partir da perspectiva geográfica aqui descrita, é necessário apreender e demonstrar as redes de interações, de complementaridades, de conflitualidades, de resistências e cooperações efetivadas e constantemente reconstruídas no cotidiano, durante as trajetórias e reterritorializações sustentadas por territórios reticulares. Assim, as estratégias migratórias e, sobretudo, as relações sociais (de apoio, de solidariedade e de estranhamento) produzem, na migração, as conexões, interações e sobreposições territoriais na construção do território em rede.

Referências bibliográficas

FAZITO, Dimitri. A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Ouro Preto: ABEP, 2002.

HAESBAERT, Rogério. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil. Revista Território, ano III, nº 4, jan./jun. 1998, pp. 55-71.

_____. O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

PEDONE, Claudia. “Tu siempre jalas a los tuyos”: cadenas y redes migratórias de las familias ecuatorianas hacia España. Tese de Doutorado. Universidade Autônoma de Barcelona: Barcelona, 2003.

PEDONE, Claudia. Globalización y migraciones internacionales: trayectorias y estrategias migratorias de ecuatorianos en Murcia, España. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Nº 69 (49), 1 de agosto de 2000. Disponível em: <<<http://www.ub.es/geocrit/sn-69.htm>>, acesso em 25/09/2008.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, María; OTERO, Hernán (Orgs.). Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995, pp. 9-21.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Redes e território: reflexões sobre a migração. In: DIAS, L. C. SILVEIRA, R. L. da. Redes, sociedades e territórios. 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, pp. 51-78.

SAQUET, Marcos. Os tempos e os territórios da colonização italiana. Porto Alegre/RS: EST Edições, 2003 (2001).

_____. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In: HEIDRICH, Álvaro *et al.* A emergência a multiterritorialidade. A resignificação da relação do humano com o espaço. Canoas/Porto Alegre: ULBRA/UFRGS, 2008, p.47-60.